

O **Informativo Mensal de Conjuntura** faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim *Economia & Tecnologia* publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. O **download** gratuito pode ser feito no site www.economiaetecnologia.ufpr.br.

POLÍTICA MONETÁRIA E INFLAÇÃO

De acordo com a expectativa da maior parte do mercado a taxa básica de juros (Selic) na reunião de 29 e 30 de novembro terá um novo corte de 0,50 ponto percentual, caindo para 11%, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Agentes de mercado projetam a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o final deste ano ligeiramente mais alta, em 6,49%. Para a Selic, a projeção foi mantida em 11% no fechamento deste ano e 10% para 2012.

O indicador de preço, IGP-DI, sofreu um ligeiro aumento na projeção de 2011, de 5,73% para 5,75%, sendo que o IPC-Fipe manteve-se estável para igual período.

Em relação ao IGP-M para 2011 pode-se observar que ele apresentou pequena queda de 0,02%.

Já para o câmbio houve manutenção das estimativas, com dólar a R\$ 1,75, nas últimas sete edições do Relatório Focus, apesar de ter sido cotado acima de R\$ 1,90 no período recente.

Para o fim do ano de 2012 os analistas consultados pelo BC estimam a moeda americana também a R\$ 1,75, o que também representa manutenção em relação às últimas sete leituras do boletim do BC.

A estimativa de inflação para 2012 também subiu 0,01 ponto percentual, e passou de 5,55% há uma semana para 5,56% (vide Tabela 1). Há um mês as expectativas apontavam para IPCA a 5,59% no ano que vem.

Em relação ao Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), as projeções para 2012 apontam para 5,29%, o que representa estabilidade em relação à leitura anterior.

As expectativas para o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-Fipe), em igual intervalo, subiram, para 5,17%, valor maior que os 5,14% previstos há uma semana.

No que diz respeito ao IGP-DI, pode-se constatar que este teve aumento da projeção para 2012, saindo de 5,20% há uma semana para 5,24%.

TABELA 1 - EXPECTATIVAS DE MERCADO PARA INFLAÇÃO E JUROS

Variáveis	2011			2012		
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje
IPCA (%)	6,50	6,48	6,49	5,59	5,55	5,56
IGP-DI (%)	5,86	5,73	5,75	5,22	5,20	5,24
IGP-M (%)	5,80	5,75	5,73	5,39	5,29	5,29
IPC-Fipe	5,65	5,59	5,59	5,14	5,14	5,17
Meta Selic - fim de período a.a.	11,00	11,00	11,00	10,50	10,00	10,00
Preços Administrados (%)	5,90	6,00	6,00	4,55	4,50	4,50

FONTE: Relatório Focus do dia 25 de Novembro de 2011.

NÍVEL DE ATIVIDADE

O IBGE divulgou no início de novembro os dados relativos à produção industrial brasileira no mês de setembro de 2011. Conforme mostra a Tabela 2, a produção industrial no Brasil sofreu retração de 2,0% na passagem de agosto para setembro do corrente ano, na série com ajuste sazonal. O comparativo entre setembro de 2011 e setembro de 2010 aponta a queda de 1,6% na produção industrial.

Na comparação entre o acumulado de janeiro a setembro do corrente ano com igual período do ano anterior foi registrado crescimento de 1,1% na produção industrial. Finalmente o comparativo entre o acumulado dos últimos doze meses contra os doze meses anteriores apresentou crescimento de 1,6% no nível de produção.

TABELA 2 - VARIÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - BRASIL - SETEMBRO DE 2011

Período	Produção Industrial
Agosto 11/Setembro 11*	-2,00%
Setembro 11/Setembro 10	-1,60%
Acumulado ano	1,10%
Acumulado 12 meses	1,60%

FONTE: IBGE.

*Série com ajuste sazonal.

Dos 27 ramos industriais pesquisados, 16 apresentaram queda na produção, com destaque negativo para produtos do fumo (-30,6%), material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-13,6%) e veículos automotores (-11,0%). No campo positivo destaque para máquinas para escritório e equipamentos de informática (9,6%) e alimentos (3,3%).

Em relação às regiões do país, sete das quatorze regiões pesquisadas apresentaram queda na produção industrial na passagem de agosto para setembro. As regiões com maiores retrações foram São Paulo (-4,2%), Rio de Janeiro (-3,0%) e Minas Gerais (-2,7%). Com expansão no nível de produção industrial destacaram-se Goiás (8,8%), Amazonas (4,3%), Ceará (2,5%) e Espírito Santo (2,5%).

A Tabela 3 apresenta o desempenho do emprego industrial no Brasil em setembro de 2011. Na passagem de agosto para setembro houve crescimento de 0,4% no nível de pessoal ocupado; 0,4% de aumento no número de horas pagas e 3,3% de aumento na folha de pagamento real.

No comparativo entre setembro de 2010 e de 2011 os resultados também são positivos, apresentando elevação em todos os indicadores avaliados, com destaque para a elevação de 7,1% na folha de pagamento real. No acumulado de 2011 os resultados também são todos positivos. Na mesma direção desses números, o comparativo entre os acumulados dos últimos 12 meses registrou valores também positivos para os três indicadores de emprego industrial, conforme a tabela abaixo, destacando-se novamente a folha de pagamento real com expansão de 6,2%.

TABELA 3 - INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA - BRASIL - SETEMBRO DE 2011

Variáveis	Variação (%)			
	Ago-11/Set-11*	Set-11/Set-10	Acumulado	Acumulado 12 meses
Pessoal ocupado assalariado	0,40	0,60	1,60	2,30
Número de horas pagas	0,40	0,10	1,30	2,20
Folha de pagamento real	3,30	7,10	5,20	6,20

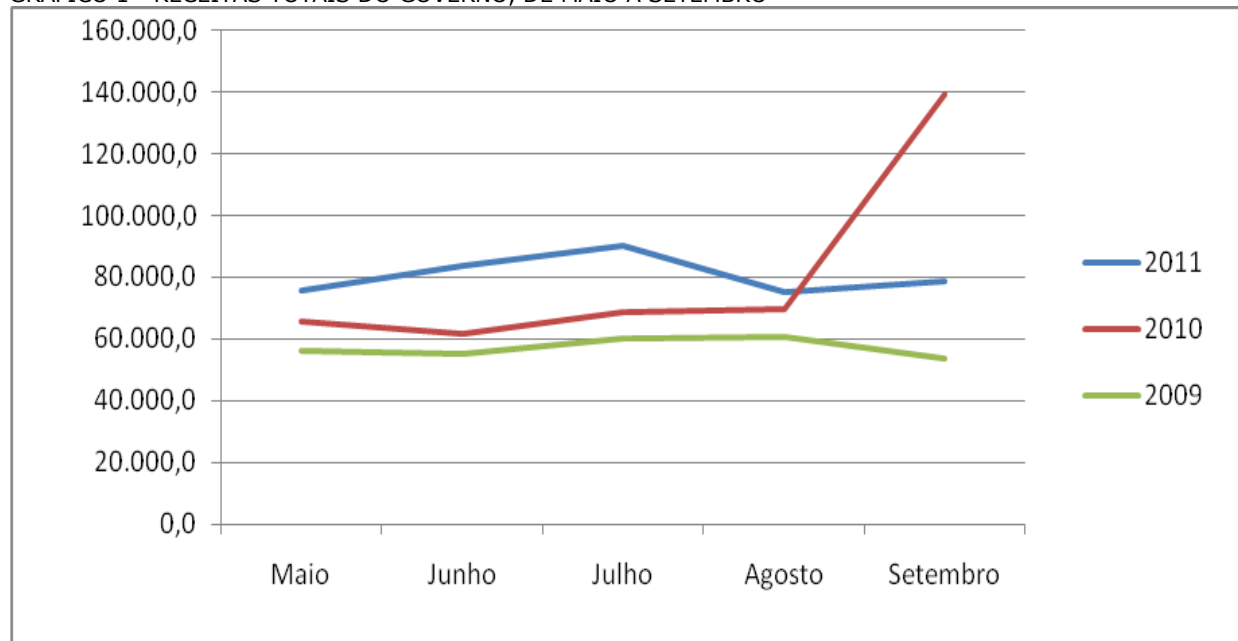
FONTE: IBGE.

* Série com ajuste sazonal.

FINANÇAS PÚBLICAS

O Governo Central arrecadou R\$ 78,4 bilhões em setembro de 2011, valor 4,6% maior do que no mês anterior e 46,3% inferior em relação ao mesmo período de 2010 - nesse período em 2010, houve cessão onerosa para exploração do petróleo, explicando a grande diferença. Podemos ver pelo Gráfico 1 abaixo que a alta desse mês esta dentro do padrão dos períodos anteriores:

GRÁFICO 1 - RECEITAS TOTAIS DO GOVERNO, DE MAIO A SETEMBRO



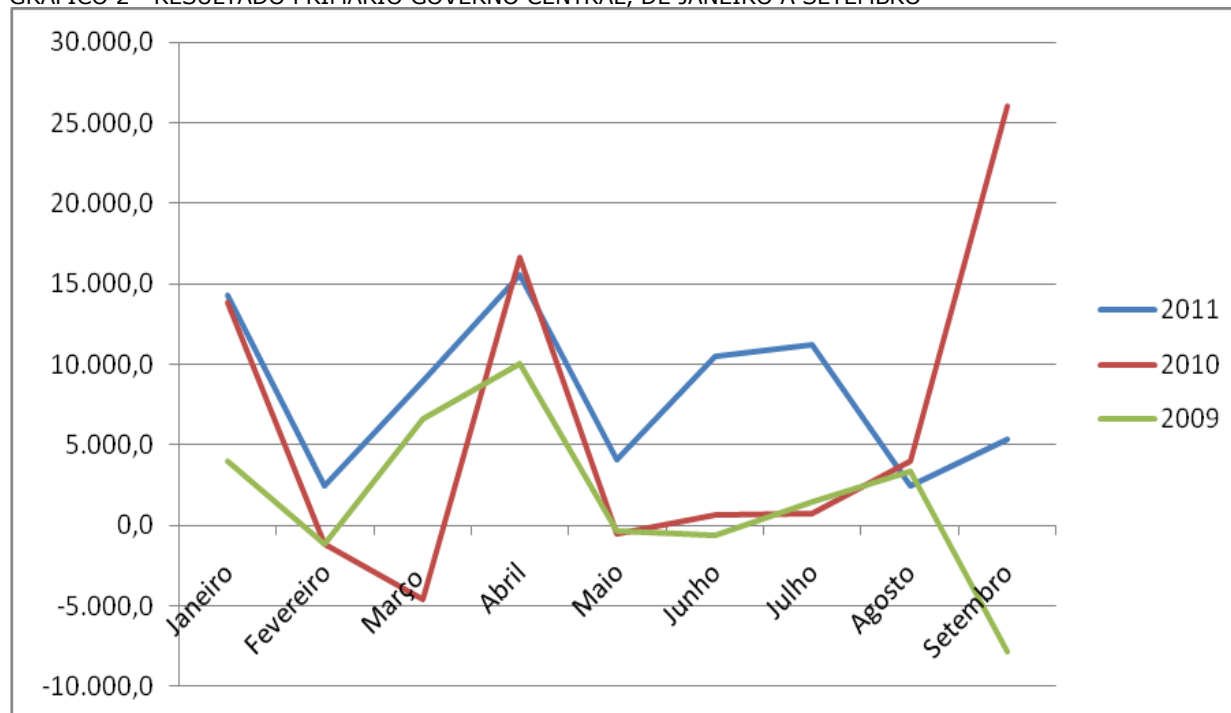
FONTE: Elaboração própria com base nos dados da Receita Federal.

Os principais motivos do aumento foram: i) aumento de R\$ 3,6 bilhões em demais receitas do Tesouro, em função, principalmente, do aumento de R\$ 3,7 bilhões na arrecadação de dividendos; ii) aumento de R\$ 346,5 milhões no ITR, decorrente do pagamento da 1ª cota ou cota única do ITR referente ao ano calendário de 2010; iii) aumento de R\$ 291,9 milhões na arrecadação de IPI; e iv) decréscimo de R\$ 304,3 milhões na Cofins, R\$ 276,6 milhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 246,8 milhões na CSLL.

Em setembro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 5,4 bilhões, contra superávit de R\$ 2,5 bilhões, em agosto. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 14,8 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 9,4 bilhões e R\$ 68,2 milhões, respectivamente. O resultado foi bem divergente dos anos anteriores, negativo em relação a 2010, pelo motivo citado anteriormente, mas positivo se comparado com 2009.

No acumulado do ano, o superávit primário do Governo Central atingiu R\$ 75,2 bilhões frente a um superávit de R\$ 55,7 bilhões, no mesmo período de 2010, registrando-se, portanto, um aumento de R\$ 19,5 bilhões ou 35,0%, na comparação entre os dois períodos.

GRÁFICO 2 - RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL, DE JANEIRO A SETEMBRO



FONTE: Elaboração própria com base nos dados da Receita Federal.

A receita bruta do Tesouro Nacional, de janeiro a setembro de 2011, apresentou crescimento de R\$ 23,4 bilhões (4,3%) relativamente ao mesmo período de 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento do IRPJ (R\$ 13,8 bilhões, 21,4%) e da CSLL (R\$ 11,7 bilhões, 34,7%) devido ao desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e no primeiro semestre de 2011, bem como, no caso da CSLL, do pagamento de débito em atraso no valor de R\$ 5,8 bilhões e, no caso do IRPJ, também em função de reclassificação por estimativa ocorrida em 2011, no valor de R\$ 3,1 bilhões; ii) incremento na arrecadação de Cofins (R\$ 16,4 bilhões, 16,3%) e PIS/Pasep (R\$ 4,6 bilhões, 17,4%) devido ao aumento no volume de vendas, ao crescimento da arrecadação da Cofins/PIS incidente sobre importações e ao recolhimento extraordinário de depósitos judiciais e acréscimos legais; iii) aumento da arrecadação de IRRF (R\$ 16,0 bilhões, 22,5%), especialmente nas rubricas Rendimentos do Trabalho (R\$ 7,6 bilhões, 17,6%), Rendimentos do Capital (R\$ 5,9 bilhões, 38,7%) e Remessas ao Exterior (R\$ 1,8 bilhão, 22,9%); e iv) crescimento da arrecadação de IPI (R\$ 5,9 bilhões, 21,0%). Todos os resultados demonstraram relação direta com a melhora na economia.

O déficit da Previdência Social foi reduzido em R\$ 4,9 bilhões (12,3%) quando comparado o período de janeiro a setembro de 2010, alcançando R\$ 34,9 bilhões, frente aos R\$ 39,8 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 24,2 bilhões (16,5%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 19,3 bilhões (10,4%). Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 6,1 bilhões e a parcela rural registrou déficit de R\$ 41,0 bilhões.

No mês de setembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 845,3 bilhões, o equivalente a 21,2% do PIB. A variação de R\$ 2,5 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pelo aumento de R\$ 43,4 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensado pelo aumento dos haveres internos no valor de R\$ 45,8 bilhões. Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, diminuiu 1,3 p.p., passando de 22,5% para 21,2%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 798,9 bilhões, em setembro de 2010, para R\$ 845,3 bilhões, em setembro de 2011. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 220,7 bilhões no estoque da dívida interna bruta e de R\$ 174,3 bilhões nos haveres internos.

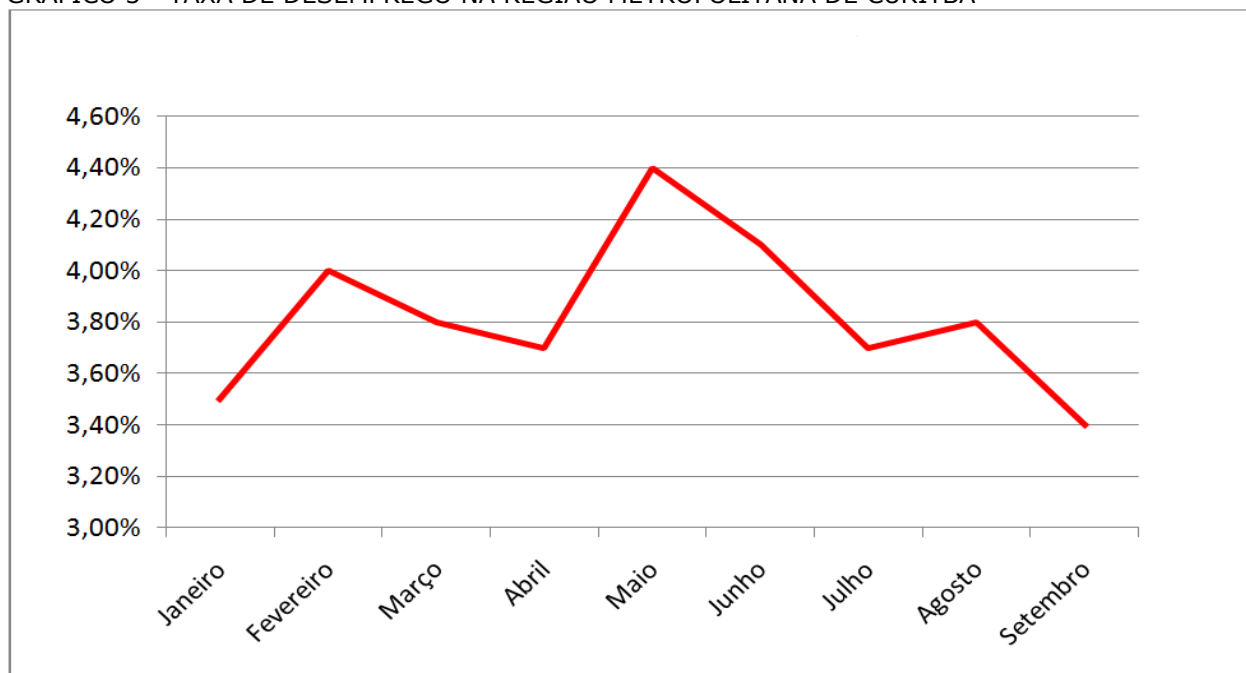
ECONOMIA PARANAENSE

MERCADO DE TRABALHO

No mês de outubro, segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o estado do Paraná gerou 11.569 empregos formais (sendo 3.948 em Curitiba; São José dos Pinhais 803; Maringá 801; Cascavel; 777; Ponta Grossa 414). Em contraste com os meses anteriores, o estado do Paraná criou menos vagas em outubro, do que Santa Catarina (16.142) e Rio Grande do Sul (16.522). Em 2011, o Paraná registra saldo positivo de 151.112 empregos com carteira assinada. O Rio Grande do Sul registrou, no mesmo período, 126.426 novas vagas e Santa Catarina 94.600. O setor que mais contratou em agosto foi o comércio, 4.693 novos postos de trabalho. O setor de serviços, em segundo lugar, apresentou saldo de 3.415 contratações e a indústria 3.023.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) apresentou queda, e variou de 3,8% para 3,4%, entre agosto e setembro de 2011. Em comparação com as demais regiões metropolitanas brasileiras, Curitiba segue com a menor taxa de desemprego. A taxa de desemprego, no país, é de 6%. Abaixo, pode-se visualizar a evolução da taxa de desemprego na RMC, no ano de 2011.

GRÁFICO 3 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA



FONTE: IPARDES, IBGE.

Ainda de acordo com a PME, a RMC apresentou a segunda maior remuneração real dos trabalhadores no país em setembro; 1º São Paulo (R\$ 1.710,60), 2º Curitiba (R\$ 1.705,80). O resultado curitibano de setembro de 2011 é 1% menor do que o registrado em setembro de 2010; e 1,9% maior do que o registrado em agosto de 2011. Segundo Gilmar Mendes Lourenço, presidente do IPARDES, entre outros fatores, o "ambiente institucional mais propício para a realização de negócios" neste ano, está contribuindo para o aquecimento do mercado de trabalho no Paraná.

INFLAÇÃO

Outubro

A inflação de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Curitiba apresentou como resultado uma variação de 0,23% em outubro. Em setembro o índice foi ligeiramente mais alto: 0,30%. Considerando os últimos 12 meses, a variação acumulada no período é de 6,07%. A inflação acumulada do ano de 2011 está em 4,78%. Em outubro do ano passado, a inflação dos últimos 12 meses era de 5,04% e a inflação acumulada do ano estava em 3,81%.

Como fatores que puxaram a alta da inflação neste mês de outubro, citamos o grupo Alimentos e Bebidas que registrou incremento dos preços em 1,35%; café em pó (8,96%), lanche (6,80%), e filé mignon (9,97%).

Entre os grupos que registraram arrefecimento nos preços está novamente Artigos de Residência (-1,23%) e o grupo Transportes e Comunicação (-0,11%), o qual havia registrado alta de 1,02% em setembro. Dentre os itens contabilizados nessas categorias, chama atenção a queda de 10,17% no preço de aparelhos de som; -1,13% em automóveis de passeio e utilitário usados; e -0,97% no preço de automóveis de passeio zero quilômetro.

Prévia de Novembro

A primeira prévia (primeira quadrissemana) do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Curitiba, de novembro, aponta para um aumento de 0,20% no índice geral. O fator que mais contribuiu para isso é uma alta de 1% no grupo de Alimentos e Bebidas.

Equipe Técnica

Bernardo Piccoli Medeiros Braga. Bacharel em Ciências Econômicas pela UFPR. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR.
bpm.braga@gmail.com

Guilherme Ricardo dos Santos Souza e Silva. Professor do Setor de Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Macroeconomia.
guilherme.ricardo@ufpr.br

Joaquim Israel Ribas Pereira. Bacharel em Ciências Econômicas pela UFPR. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR.
joaquimisrael@gmail.com

Luciano Ferreira Gabriel. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Analista Pleno da FIEP (Federação da Indústria do Estado do Paraná) e Professor da UniBrasil. Colaborador do boletim de Economia & Tecnologia. Área de concentração: inflação e política monetária.
lucianofg@gmail.com